

Discurso de posse do novo Ministro do Trabalho

No dia 3 de abril de 1998 o economista Edward J. Amadeo assumiu o Ministério do Trabalho, substituindo o Ministro Paulo Paiva. Este é o texto do seu discurso de posse.

Recebo este ministério das mãos amigas, fraternais mesmo, do ministro Paulo Paiva. Paulo Paiva reorganizou o Ministério do Trabalho e encaminhou todas as questões fundamentais para as reformas e seus programas de ação. Meu trabalho será dar continuidade a esse processo.

É com honra e orgulho que aceito o encargo de servir à população brasileira e ao seu mais ilustre representante, o presidente Fernando Henrique Cardoso. O Brasil passa por transformações históricas. Vejo essas transformações como a ponte para um futuro de mais prosperidade e equidade.

Na verdade, visto com os olhos de quatro anos atrás, o futuro de mais prosperidade e equidade já se concretizou. Como tive oportunidade de dizer em outras ocasiões, associado ao processo de estabilização houve crescimento do emprego e da renda. Onde mais cresceu a renda foi entre os trabalhadores informais, menos qualificados e mais pobres.

Mas seria uma demonstração de desconhecimento da experiência internacional imaginar que o Brasil se manteria à margem dos efeitos sobre o mercado de trabalho das mudanças estruturais por que vem passando. Em todo o mundo, mesmo nos países mais ricos, o mercado de trabalho tem sido afetado pelas mudanças no padrão do comércio internacional e principalmente a introdução da tecnologia da informação.

Não será diferente no Brasil. É preciso ter claro que a concorrência internacional é um importante estímulo para a reestruturação empresarial e para as iniciativas para aumentar a eficiência produtiva e a qualidade dos produtos. Por sua vez, os avanços na tecnologia da informação fazem parte de uma onda inovadora sem precedentes na história.

Enquanto as inovações do passado afetavam principalmente o setor de manufatura, a tecnologia da informação tem impactos diretos sobre o setor de serviços. Um setor que, até recentemente apresentava baixas taxas de crescimento da produtividade, passa a ser alvo desta inovação transformadora.

Que efeitos têm a concorrência externa e a tecnologia da informação sobre a economia e o mercado de trabalho?

Em primeiro lugar, ambos aumentam a produtividade dos trabalhadores — o que

permite produzir mais com menos esforço e menor custo. O aumento da produtividade do trabalho é o único fator capaz de gerar o crescimento do bem-estar em uma sociedade.

Em segundo lugar, é a única forma de tornar compatíveis o aumento da competitividade de nossas empresas com o crescimento dos salários. Mais que isso, é a base para reduzir os estrangulamentos externos ao crescimento econômico.

Em terceiro lugar, afeta o ritmo de crescimento e a composição do emprego. Este é um vasto tema que deve ser examinado por partes.

Há uma visão de enorme apelo segundo a qual a abertura da economia reduz as oportunidades de emprego. Exportamos empregos aos importarmos produtos. De fato, uma redução do saldo comercial da balança de pagamentos tem um efeito contractionista, com impacto negativo sobre o emprego. Note-se porém que a economia brasileira era muito fechada até alguns anos atrás, o que significa que o peso do saldo comercial sobre o nível de atividades e emprego era extremamente pequeno.

O que explicaria então a redução do emprego industrial? Essencialmente, um processo de reestruturação profundo e radical, represado durante anos pela instabilidade macroeconômica e o fechamento da economia. A abertura da economia tem um papel ancilar ao provocar a reestruturação. Mas o impacto direto sobre a geração de empregos é muito pequeno.

O setor de serviços absorveu o contingente de trabalhadores que deixou a indústria nos últimos anos. O fez porque cresceu enormemente a demanda. Mas por algum tempo continuou operando segundo os velhos métodos, porque a concorrência externa é muito menor que na indústria.

Com o passar do tempo, são imensas as oportunidades de lucro no setor, com um pequeno investimento na melhoria da gestão e da logística, além de algum investimento em tecnologia da informação. E isto é o que tem ocorrido recentemente: o crescimento do investimento no setor terciário. Com que conseqüências? Essencialmente, as mesmas que no setor manufatureiro, vale dizer, aumento da concorrência, da produtividade e da qualidade dos serviços. Eventualmente, redução dos preços, como já temos assistido em alguns setores.

A reestruturação do setor terciário — que congrega 45% da força de trabalho — e de suas conseqüências para o mercado de trabalho são o grande desafio que temos pela frente.

Tudo o que disse até aqui nos remete a temas estruturais do funcionamento do mercado de trabalho. Nossa tarefa no ministério é adaptar as instituições que regulam o mercado de trabalho às transformações estruturais. Para que as vantagens da reestruturação sejam maximizadas e seus custos minimizados.

Frente ao Ministério do Trabalho, que ocupo com compromissos irrestritos às designações do presidente da República me coloco duas tarefas.

Primeiro, avançar, com obstinada determinação, no caminho da reforma na legislação trabalhista. Segundo, ocupar-me sem tréguas para aumentar a empregabilidade do trabalhador brasileiro.

A reforma da legislação trabalhista visa aumentar a representatividade sindical e a valorização da negociação coletiva. Os sindicatos devem prestar serviços aos seus associados e legitimar-se, inclusive financeiramente, pela qualidade dos serviços prestados. Somente com o compromisso com seus representado pode um sindicato tirar o melhor proveito das negociações coletivas.

Com o fim de aumentar a representatividade sindical, é preciso que sejam extintos o imposto sindical e a unicidade sindical obrigatória. O imposto sindical, por ser compulsório, é uma receita certa, que exime os sindicatos de buscar maior representatividade. As contribuições voluntárias, por sua vez, são o voto de confiança dos seus representados.

A unicidade sindical — hoje há monopólio sindical segundo o ramo de atividade e a base geográfica — impede que os sindicatos se organizem segundo suas prioridades. A valorização da negociação coletiva requer sindicatos fortes, e cada sindicato deve ter liberdade de escolher sua base de representação-setor, ocupacional e geográfica, para fortalecer-se.

A barganha coletiva é o instrumento para que os objetivos comuns e conflitivos entre as partes sejam negociados. Cabe às partes usarem exaustivamente desse instrumento para chegarem a um denominador comum. Do acordo nasce o compromisso — base para o crescimento da produtividade. A interferência externa inibe a negociação. Por isso, a interveniência da Justiça do Trabalho nos temas econômicos de caráter individual e coletivo deve ser reexaminada. Nada disso, por suposto, afeta o papel fundamental da Justiça do Trabalho para julgar casos tanto individuais como coletivos.

Como economista não resisto à tentação de examinar os efeitos que teriam o aumento da representatividade dos sindicatos e a valorização da negociação coletiva. Como é hoje, o sindicato e as empresas envolvidos em uma negociação firmam um compromisso quanto ao trabalho e às condições de trabalho. Encerrada a negociação, cabe às empresas a decisão quanto ao número de trabalhadores a empregar. Os trabalhadores e o sindicato não têm influência sobre a decisão de demitir ou contratar trabalhadores. O que se espera com a reforma legislativa é que tanto salários quanto emprego passem a fazer parte da negociação.

Por isso o resultado mais importante da reforma da legislação trabalhista é a possibilidade de preservar empregos através da negociação coletiva. Como a preservação dos empregos, cairá a rotatividade da força de trabalho — sinal evidente da baixa qualidade dos postos de trabalho e causa importante da baixa produtividade dos trabalhadores brasileiros.

Minha segunda tarefa é trabalhar com afinco para aumentar a empregabilidade do trabalhador brasileiro, notadamente aquele com menos oportunidades de educação na infância e juventude. Empregabilidade significa dar ao trabalhador e trabalhadora as qualificações para exercerem suas funções. E sabemos que há uma enorme mudança nas habilidades requeridas.

A introdução da tecnologia da informação é um choque para o mercado de trabalho de qualquer país, mais ainda um país em que parte importante da população não teve oportunidade de se educar. Um choque com repercussões pelos próximos dez a vinte anos.

Um governo se legitima pela capacidade de lidar com os desafios de curto, médio e longo prazos. E eu lhes digo que o desafio de longo prazo neste campo é, certamente, o mais significativo. Portanto cabe-me ter horizontes largos.

Nesta tarefa, conto com a determinação de meus secretários e do CODEFAT — uma comissão tripartite que gere o Fundo de Amparo ao Trabalhador — para identificar as ações e programas que aumentem a empregabilidade. Com duas preocupações fundamentais.

Primeiro, nosso alvo é o trabalhador desempregado, menos qualificado e pobre.

Segundo, como governo, tenhamos consciência de que, não só por razões fiscais, mas também para maximizar os efeitos de nossas políticas, o gasto de cada centavo deve ser avaliado como se fosse um milhão. Não repitamos os erros do passado, que tanto contribuíram para aumentar a iniquidade em nosso país, de gastar com os meios e não com os fins.

Conto nesta empreitada com a colaboração dos parceiros do governo na campanha pela empregabilidade. Para citar alguns: SENAI, SENAC, SESI, SESC e SEBRAE. São instituições com responsabilidade social porque se financiam com recursos para-fiscais. Aproveito esta oportunidade para convocá-los publicamente para colaborarem com o ministério e o governo neste trabalho.

Fala-se em crise do emprego no país. Nos primeiros três anos do governo Fernando Henrique Cardoso a economia cresceu à uma taxa média anual de 3,8%, incomparavelmente mais que nos anos 80 e início dos anos 90. O emprego cresceu, a renda e o poder de compra dos rendimentos do trabalho cresceram muito.

Não há crise do emprego. Há tendências preocupantes com as quais temos que lidar rapidamente.

Esse diagnóstico não reduz em nada a minha compaixão e solidariedade com o chefe de família desempregado ou o jovem sem esperanças. Estou seguro, pelo que conheço das preocupações e o sentimento de nosso presidente e de dona Ruth, que esse é também o seu sentimento.

Na tarefa que tenho pela frente, estou certo de que contarei com o apoio e fidelidade dos secretários deste ministério sob a coordenação firme e competente do secretário executivo, Antônio Augusto Anastasia.

Conto com a colaboração do Congresso Nacional e ao mesmo tempo me coloco à disposição dos senhores deputados e senadores para examinar propostas associadas a esta pasta.

O diálogo e a parceria com as centrais sindicais e com as associações patronais é certamente um ingrediente fundamental para o sucesso de nossa empreitada.

Finalmente, mas não menos importante conto ainda com a colaboração inestimável de meus colegas e amigos acadêmicos, representados aqui pelo meu professor José Márcio Camargo.